

JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.21.0436.0015907/2022-75

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2022

CONTRATADO: CICLO CEAP LTDA CNPJ: 70.953.385/0001-97

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação nominado de PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, para as 03 (três) Analistas Ministeriais, servidoras do MPPI.

BASE LEGAL: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1- Hipótese de inexigibilidade de licitação

PORTARIA Nº 382, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 (Altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009.)

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, CAPUT OU INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

O ART. 25, CAPUT, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº 976/2018/GAB/CGU/AGU; art. 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."(NR)

Os casos de cabimento de inexigibilidade de licitação em todas as hipóteses do art. 25 é a existência de inviabilidade de competição. Nas contratações pelo art. 25, caput, esta inviabilidade

se dá, não pela impossibilidade de disputa, mas sim pela impossibilidade de se definir parâmetros ou critérios objetivos para escolher a melhor proposta em razão das particularidades que dizem respeito ao objeto ou serviço.

2- Requisitos legais para a regularidade da contratação direta

I Processo administrativo instruído com a solicitação da contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação nominado de PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, para as 03 (três) Analistas Ministeriais Servidoras do MPPI (0254260)(0254052), acompanhada da proposta da empresa e conteúdo programático integral do curso (0262295);

II-Justificativa que contemple: a justificativa de preço e a razão de escolha do fornecedor (art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8666/93) (art. 25, caput, da Lei nº 8666/93).

A justificativa de preço se fez a partir da constatação pela autoridade administrativa de que o preço a ser pago ao contratado encontra-se compatível com os preços praticados pela empresa para outros contratantes, conforme notas fiscais(0268776)(0268778) e mapa comparativo de preços(0265770);

Já as razões de escolha do fornecedor deve-se ao fato de que o curso oferecido pelo Ciclo Ceap, contempla vários temas importantes para a execução das atribuições da Assessoria Técnica em Psicologia do MPPI, e que , apesar de conter no mercado outros cursos sobre Psicologia Jurídica, não há atualmente um com seleção de conteúdo similar ou tão adequado a realidade laboral vivenciada por aquela assessoria como o do Ciclo Ceap, conforme justificativa/manifestação da Assessoria Técnica em Psicologia do MPPI(0262302);

Ainda, o curso será ministrado por *Roselane Martins Cardoso* que é psicóloga judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e atua em psicologia jurídica, psicologia social, varas de família, laudos psicológicos, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente e violência doméstica, conforme proposta de orçamento enviada pela empresa(0262295).

A inviabilidade da competição decorre do fato de que se trata da capacitação com a temática sobre PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, dentre as existentes no mercado que atende às atuais necessidades da Instituição, tendo em vista que seu conteúdo programático contempla vários temas importantes para a execução das atribuições da Assessoria Técnica em Psicologia do MPPI.

4- Comprovante de regularidade fisco-previdenciária do fornecedor do curso ou treinamento (0264923)(0268827).

5- Comprovante de disponibilidade orçamentária e financeira (0266209)(0267678).

3- Conclusão

Ante o exposto, esta Comissão Permanente de Licitação manifesta-se favoravelmente pela regularidade da presente inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa: CICLO CEAP LTDA CNPJ: 70.953.385/0001-97, no valor de R\$ 2.091,00 (dois mil e noventa e um reais), com fulcro no art. 25, caput da Lei n. 8.666/93.

Por último, é importante que se realize um planejamento administrativo, no sentido de que a emissão do empenho seja realizada antes do início do curso ou treinamento, sob pena de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, a qual deverá ser acatada pela Procuradoria Geral de Justiça.

Ana Larissa Moura de Almeida
Presidente da CPL B

Afranio Oliveira da Silva
Membro CPL B

Celiane Azevedo da Fonseca
Membro CPL B



Documento assinado eletronicamente por **ANA LARISSA MOURA DE ALMEIDA, Técnico(a) Ministerial**, em 05/07/2022, às 11:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CELIANE AZEVEDO DA FONSECA, Membro de CPL**, em 05/07/2022, às 11:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AFRANIO OLIVEIRA DA SILVA, Membro de CPL**, em 06/07/2022, às 07:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0268802** e o código CRC **8CC24565**.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº **19.21.0436.0015907/2022-75**
INEXIGIBILIDADE Nº 07/2022

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação da empresa **CICLO CEAP LTDA** CNPJ: 70.953.385/0001-97, que ministrará curso de capacitação sobre **PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS**, para as 03 (três) Analistas Ministeriais, servidoras do MPPI, com embasamento legal no art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, **Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 08/07/2022, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0268963** e o código CRC **AF744FE1**.

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO GLOBAL

Autorizo a emissão de nota de empenho em favor da empresa CICLO CEAP LTDA CNPJ: 70.953.385/0001-97, no valor de R\$ 2.091,00 (dois mil e noventa e um reais), cujo objeto é a contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação nominado de PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, para as 03 (três) Analistas Ministeriais, servidoras do MPPI, conforme abaixo:

1. EMPRESA/CONTRATADO(A)				
1.1. Nome: CICLO CEAP LTDA			2. Código:	
1.3. Data da proposta: 01/06/2022		1.4. Conta: 4045-2 Agência: 2286	1.5. Banco: BRADESCO	
1.6. Endereço: Av. Contorno, 4852, 9º Andar - Funcionários, Belo Horizonte / MG - CEP: 30110-032				
1.7. Cidade: Belo Horizonte / MG		1.8. C.N.P.J./C.P.F: 70.953.385/0001-97		
1.9. Inscrição Estadual/Municipal:				
2. DADOS DA DESPESA				
2.1. Unidade Orçamentária: 25101				
2.2. Projeto/Atividade: 2940		Elemento de Despesa: 3.3.90.39	2.4. FR: 100	
2.5. Valor: R\$ 2.091,00 (dois mil e noventa e um reais)				
2.6. N.º de Parcelas: -		2.7. Vencimento:	2.8. Contrato n.º: SEM CONTRATO	
2.10. Processo Administrativo n.º 19.21.0436.0015907/2022-75		2.10. Modalidade Licitação:		
2.12. Processo INEXIGIBILIDADE N.º 07/2022 (Art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93)		2.12. Processo de Inexigibilidade n.º:		
3. DETALHAMENTO				
3.2. Item	3.3. Especificação	3.4. Quant de participantes	3.5 V. da inscrição	3.7 VALOR TOTAL
-	Contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação nominado de PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, para as 03 (três) Analistas Ministeriais, servidoras do MPPI.	03	697,00	R\$ 2.091,00
Valor total: R\$ 2.091,00 (dois mil e noventa e um reais)				

HUGO DE SOUSA CARDOSO,
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 08/07/2022, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0269024** e o código CRC **624E5405**.



Nota de Empenho

Encerrado até Maio

Identificação

Unidade Gestora 250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	Documento 2022NE00667	Emissão 08/07/22
Credor 70953385000197 - CICLO CEAP LTDA		
Valor 2.091,00 (Dois mil e noventa e um reais)		

Classificação

Nota de Reserva	2022NR00670
Tipo de Reserva	PRÉ-EMPENHO
Órgão Orçamento	25 - MINISTÉRIO PÚBLICO
Unidade Orçamentária	25101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Programa de trabalho	03.128. 0013. 2940 - APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES
Fonte	100 - RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL
Natureza	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Autor Emenda	0 - SEM AUTOR
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
Território	TD0 - ESTADO
Plano Orçamentário	000001 - Não definido
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - SEM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000000 - SEM DETALHAMENTO
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Projetos	0 - Indefinido

Detalhamento

Mod. Empenho	Global	Mod. Licitação	07 - Licitação Inexigível	Emb. Legal	Lei 8.666/93, Art. 25, Caput - INEXIGIBILIDADE Nº 07/2022
Origem	1 - Origem nacional	Data Entrega		Local Entrega	
Processo	19.21.0436.0015907 /2022-75	UF	Minas Gerais	Município	Belo Horizonte

Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30 - SELEÇÃO E TREINAMENTO		2.091,00

Saldo Dotação

Créd. Disp.	Indisponível antes NE	Valor NE	Saldo após NE
88.274,00	Pré-Empenhado 2.091,00	Bloqueado 0,00	2.091,00
			88.274,00

Observação

CPPT. EMPENHO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO NOMINADO DE PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, PARA AS 03 (TRÊS) ANALISTAS MINISTERIAIS, SERVIDORAS DO MPPI, NO EXERCÍCIO DE 2022.

Produtos

Produto	Quantidade	Und. Forneç.	Preço Unitário	Preço Total
CURSO DE CAPACITAÇÃO	3	PARTICIPANTE	697,00	2.091,00
Descrição	"PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS", para as 03 (três) Analistas Ministeriais, servidoras do MPPI			

Dados de Autenticidade



A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo:
<https://tesouro.sefaz.pi.gov.br/SiafePI/downloadSignature?token=8354ee49397a4fd3a72854027a151a7a>

Assinatura

Identificação

Unidade Gestora	250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	Documento	2022NE00667	Emissão	08/07/22
Credor	70953385000197 - CICLO CEAP LTDA				
Valor	2.091,00 (Dois mil e noventa e um reais)				

TIPO DE LICITAÇÃO: menor preço

ADJUDICAÇÃO: por lote

OBJETO: Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de material permanente (refrigerador, fogão, micro-ondas, cafeteira, etc) conforme as especificações contidas no Item "D" do Termo de Referência anexo a este edital.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA: 06/05/2022

HORÁRIO: 09:00 horas (horário de Brasília/DF)

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 24/05/2022

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2022

DATA DA ASSINATURA DA ATA: 06/07/2022

DATA DA PROPOSTA: 11/05/2022

PREGOEIRO: Paulo André Marques Vieira

COORDENADOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: Afranio Oliveira da Silva

APÊNDICE I

LOTE ÚNICO

Razão Social: THE BEST PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - EPP
CNPJ: 18.706.498/0001-78
Endereço: Rua U 75 Quadra, 43 Lote. 19 N ° 48, Setor União ,, Goiânia-Goiás
CEP: 74.313-650
Representante Legal: MAIKE COSTA CONSTANTINO
CPF: 000.557.341-62
Telefone/Fax : (062) 3258.5108
E-mail: maikeconstantino@hotmail.com

Item	Descrição	UNID.	Marca	QTDE	R\$ UNIT
13	Características técnicas: Tipo de tela: Led Formato de tela: Widescreen Resolução da Tela: HD Tamanho da tela: 19,5 polegadas Entradas: HDMI e VGA Itens inclusos: 1 Base, 1 Cabo de Força Garantia: de 12 meses	UNID	Marca BRX Referencia /MBRX195BK	25	R\$ 780,00

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, TERESINA, 06 DE JULHO DE 2022.

Dr. Hugo de Sousa Cardoso - Subprocurador de Justiça Institucional

6.11. TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMODERATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº **19.21.0436.0015907/2022-75**

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2022

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação da empresa CICLO CEAP LTDA CNPJ: 70.953.385/0001-97, que ministrará curso de capacitação sobre PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS, para as 03 (três) Analistas Ministeriais, servidoras do MPPI, com embasamento legal no art. 25, caput, da Lei n. 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

Teresina-PI, 08 de julho de 2022.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

6.12. EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 01 AO CONTRATO Nº. 17/2021/FMMPPI

a)Espécie: Termo Aditivo nº. 01 ao Contrato nº. 17/2021, firmado 08 de Julho de 2022 entre Fundo de Modernização do Ministério Público - FMMPPI - CNPJ: 10.551.559/0001-63, e a empresa Sônia Machado Marwell CNPJ (MF): 24.248.496/0001-00.

b)Processo Administrativo: nº 19.21.0431.0007642/2020-17.

c) Objeto: O presente termo aditivo visa a prorrogação do prazo de execução do Contrato nº 17/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de reforma na sede que abriga as Promotorias de Justiça de União - PI, localizada na Rua Anfrísio Lobão, S/N, Bairro Centro.

d)Do Prazo de Entrega: O objeto contratual deverá ser executado no seguinte prazo:

O novo prazo de execução do objeto contratual será até o dia 08 de fevereiro de 2022 (08/02/2022).

e)Ratificação: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

f)Signatários: Pela Representante Sra. Sônia Machado Marwell, portadora da cédula do CPF (MF): ***084.003-**, e contratante, Dr hugo de Sousa, Subprocurador de Justiça Institucional.

Teresina- PI, 08 de Julho de 2022.

6.13. RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2022

A Pregoeirado MP-PI, Érica Patrícia Martins Abreu, devidamente designada por meio da Portaria PGJnº 1139/2022, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado final do julgamento e classificação da Licitação, na Modalidade Pregão Eletrônico, tendo a sessão eletrônica sido realizada no dia 30.06.2022.

Objeto: Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de gêneros alimentícios para os eventos do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

VALOR GLOBAL PREVISTO	VALOR GLOBAL ADJUDICADO	VALOR ECONOMIZADO
R\$4.442,00	R\$4.400,00	R\$ 42,00

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina/PI, 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2397/2022

O PROCURADORGERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0014.0003422/2020-29,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **JULYANNO PEREIRA PINTO**, Técnico Ministerial, matrícula nº 279, para atuar como gestor do Convênio celebrado entre o Ministério Público do Estado do Piauí e o Banco Alfa.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2398/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0006029/2022-02,

RESOLVE

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor **MÁRCIO DOUGLAS PEREIRA DE SOUSA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 298, do Padrão 05, Classe B, para o Padrão 06, Classe B de sua carreira, conforme artigos 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, **com efeitos retroativos ao dia 19 de abril de 2022.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2399/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93,

RESOLVE

CONCEDER à Promotora de Justiça **JULIANA MARTINS CARNEIRO NOLETO**, titular da Promotoria de Justiça de Palmeirais, auxiliando a 46ª Promotoria de Justiça de Teresina, 02 (dois) dias de créditos, referente a 05 (cinco) plantões ministeriais de sobreaviso realizados em 18 e 21 de março de 2022, 09, 10 e 13 de junho de 2022 e, 01 (um) dia de crédito de plantão ministerial realizado em 18 de junho de 2022, conforme certidões expedidas pela Corregedoria Geral do MPPI e, de acordo com o Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 03/2022, para serem compensados nos dias 25 e 26 de outubro de 2022, ficando meio dia de crédito a ser anotado no prontuário e somado a outra fração.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2400/2022

O PROCURADORGERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0436.0015907/2022-75,

RESOLVE

DESIGNAR a servidora **LIANDRA NOGUEIRA SOARES DA SILVA**, matrícula nº 138, para fiscalizar a contratação da capacitação firmada entre a Procuradoria Geral de Justiça e a empresa CICLO CEAP LTDA CNPJ: 70.953.385/0001-97, P.G.A nº 19.21.0436.0015907/2022-75, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação nominado de PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2403/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas no art. 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, e nos termos do Ato PGJ nº 835/2018, alterado pelo Ato PGJ nº 1062/2021;

CONSIDERANDO a manifestação encaminhada pela Promotora de Justiça Maria do Amparo de Sousa Paz, na qual declara sua suspeição por motivo de foro íntimo,

RESOLVE

DESIGNAR a Promotora de Justiça **LUÍSA CYNOBELLINA ASSUNÇÃO LACERDA ANDRADE**, titular da 5ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar na ação penal nº 0835060-59.2021.8.18.0140, SIMP nº 000068-039/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2404/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais e considerando o Processo SEI nº 19.21.0017.0018578/2022-09,

RESOLVE

RELOTAR o (a) servidor (a) **MARIA DA CONCEICAO UCHOA FREIRE**, matrícula nº 16253, da Corregedoria Geral do MPPI para a Casa da Cidadania, a partir da presente data.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 12 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2405/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 12/93,

RESOLVE

CONCEDER à Promotora de Justiça **GILVÂNIA ALVES VIANA**, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Corrente, 05 (cinco) dias de créditos, correspondentes a 05 (cinco) plantões ministeriais em regime de sobreaviso realizados em 17/05/2020, 13/06/2020, 30/10/2020, 30/12/2020 e 24/10/2021; 01 (um) plantão ministerial realizado em 16/05/2020, conforme a Portaria PGJ/PI nº 1626/2022 e, 02 (dois) plantões ministeriais realizados em 11 e 14/06/2020, conforme certidões expedidas pela Corregedoria Geral do MPPI e, de acordo com o Ato Conjunto



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI

nº processo TCE

CW-010671/22

nº contrato

667/2022

nº processo administrativo

19.21.0436.0015907/2022-75

procedimento origem

Inexigibilidade

objeto

CURSO DE CAPACITAÇÃO NOMINADO DE PSICOLOGIA JURÍDICA E LAUDOS PERICIAIS.

nome do contratado

CICLO CEAP LTDA

cpf/cnpj

70.953.385/0001-97

data da assinatura

08/07/2022

valor contratado

R\$2.091,00

data do cadastro

13/07/2022

data últ. alteração

14/07/2022